

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Para privatizar Eletrobras, ‘golden share’ volta	2
Título: Distribuidora pressiona, mas governo resiste a extensão de tarifa social	3
Título: Refletindo sobre a privatização da Eletrobras	5
Título: Destaques	8
Título: Pressão para Petrobras acatar arbitragem	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: É possível... ..	10
Título: » Lista das listadas.....	11
Título: » Ação.	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/07/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Daniel Rittner — De Brasília****Título: Para privatizar Eletrobras, 'golden share' volta**

Na tentativa de tirar da inércia a privatização da Eletrobras, o governo negocia ao menos duas mudanças no projeto de lei já enviado ao Congresso Nacional: o ressurgimento de uma "golden share" (ação de classe especial que dá alguns direitos de veto ao governo) e a criação de um fundo destinado especificamente para investimentos na região Norte.

Sem alarde, esse movimento está sendo costurado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro com parlamentares. É uma estratégia para desengavetar a capitalização da gigante do setor elétrico, que tramita sem avanços na Câmara dos Deputados e nem sequer tem um relator designado. A venda da estatal é uma das grandes prioridades na agenda de privatização e redução do Estado pelo governo e ganhou ainda mais relevância na estratégia pós-pandemia.

A proposta original do governo Michel Temer era privatizar a Eletrobras, mas mantendo uma ação de classe especial nas mãos da União. Ela daria ao governo poderio para interferir em decisões estratégicas dos futuros acionistas majoritários, como mudança da sede, do nome ou da marca da empresa. Em ano de eleições, mesmo contando com esse dispositivo, o projeto de Temer não foi adiante.

Na gestão Bolsonaro, depois de longas discussões, uma nova proposta foi enviada sem a "golden share", que não contava com grande simpatia na equipe econômica. Diante da resistência de deputados e senadores, a possibilidade agora é reavaliada pelo governo para mover as "placas tectônicas" do Congresso e destravar a privatização, que nunca encontrou um ambiente favorável na Casa. Nos bastidores, avalia-se que apenas com alterações significativas no texto seria possível aprová-lo.

A ideia de retomar a "golden share" surgiu em conversas de senadores com os ministérios da Economia e de Minas e Energia. Ainda há no governo quem não goste do mecanismo, avaliando que na prática isso pode reduzir o valor da empresa, dado que tiraria poder dos acionistas privados e que o instrumento estaria defasado no tempo, com a União Europeia, por exemplo, discutindo não permitir mais esse desenho.

Porém, uma vez que a prioridade é vender a companhia, para lhe dar maior capacidade de investimento e reforçar a situação fiscal do governo, a visão é

que, se isso for um dos fatores a viabilizar a aprovação da matéria, o governo apoiará sua inclusão.

Outra ideia estudada entre parlamentares e governo é repetir, na região Norte, o fundo de revitalização do rio São Francisco que beneficiará o Nordeste. Com valores diferentes, tanto Temer quanto Bolsonaro haviam proposto a criação de um fundo com parte da outorga a ser paga pela própria Eletrobras - já capitalizada com recursos privados - na renovação das concessões de suas usinas hidrelétricas por 30 anos.

O fundo para a região Norte, a princípio, talvez não seja destinado necessariamente a ações socioambientais. No cálculo político do Palácio do Planalto, isso poderia dobrar a resistência de parlamentares da bancada amazônica e angariar votos importantes.

O governo descarta, porém, mexer no essencial do modelo: uma chamada de capital em que a União não acompanhará os aportes de acionistas privados e, com isso, diluirá sua participação na Eletrobras - o que leva à perda de controle. Em seguida, já capitalizada, a companhia pagará pela renovação das suas concessões.

Como compensação, poderá vender a energia produzida pelas hidrelétricas a preços de mercado e não mais pelo regime de cotas. É o que se tem chamado, no mercado, de “descotização” das usinas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já afirmou que o projeto teria maioria contrária na Casa. Maia, por sua vez, ainda não deliberou o encaminhamento do projeto. Não se sabe, por exemplo, se tramitará por comissões setoriais ou será avaliado por uma comissão especial - o que normalmente encurta o caminho até sua votação em plenário.

Pesquisas contratadas pela Eletrobras ainda no governo Temer apontavam que o apoio de deputados e senadores à privatização aumenta substancialmente quando se inclui a hipótese de um dispositivo como a “golden share”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Distribuidora pressiona, mas governo resiste a extensão de tarifa social

A equipe econômica é contra prorrogar o desconto de 100% na tarifa social das contas de luz, que vigorou entre abril e junho como forma de atenuar os impactos da crise para as famílias de baixa renda. A Associação Brasileira de

Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) enviou ofício ao governo pedindo extensão do benefício. As empresas temem uma disparada nos índices de inadimplência a partir de julho se a isenção não for mesmo prorrogada.

No sábado, o assunto foi levantado por executivos do setor elétrico em uma reunião virtual com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele e seus auxiliares afirmam que todo o empenho do governo se concentrou em permitir novas parcelas do auxílio emergencial e não seria conveniente dispersar o esforço em outras iniciativas. “O auxílio emergencial é a melhor solução. Cada um sabe onde o calo aperta mais”, diz um integrante da equipe de Guedes.

O Ministério de Minas e Energia não pretende comprar briga em torno do assunto. A pasta avalia positivamente uma eventual extensão do desconto de 100% na tarifa social, mas desde que seja bancada com recursos do Tesouro Nacional e sem risco de ônus para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o “superfundo” setorial que é rateado entre todos os consumidores de energia e acaba pesando sobre as tarifas de quem não desfruta de subsídios.

A isenção total das contas de luz às famílias de baixa renda, por três meses, foi instituída pela MP 950. A medida provisória fazia previsão de um aporte de R\$ 900 milhões pelo Tesouro para financiar o benefício temporário.

Nas contas da Abrace (associação dos grandes consumidores industriais), porém, a despesa total com o desconto de 100% durante esse período de 90 dias deverá ficar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. Na prática, o “estouro” iria para a CDE e provocaria um aumento nas demais tarifas.

Para as distribuidoras, o cenário da pandemia ainda não está equacionado e seria importante ter uma prorrogação do benefício. O presidente da Abradee, Marcos Madureira, lembra que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estendeu por mais um mês - até o fim de julho - a validade da resolução que impede cortes no fornecimento para clientes com as contas em atraso.

Na sua avaliação, se o desconto de 100% na tarifa social for perdido, muitas famílias de baixa renda ficarão sem condições de arcar com o pagamento e o caixa das distribuidoras se veria afetado - inclusive porque, até pelo menos o fim de julho, ninguém poderá ter o serviço de eletricidade interrompido. “Provavelmente teremos um aumento da inadimplência nesse segmento da população”, diz Madureira.

A indefinição existe porque a MP 950 - que também deu amparo legal ao empréstimo de até R\$ 16,1 bilhões para o setor elétrico - ainda tramita no Congresso Nacional e pode ter o texto original alterado. O relator da medida provisória, deputado Léo Moraes (Podemos-RO), foi questionado pelo **Valor** se

pretende incluir uma extensão do benefício em seu parecer, mas não respondeu.

Em março, quando a MP chegou ao Congresso e antes de ter sua relatoria definida, Moraes apresentou uma única emenda ao texto: prorrogar a isenção de tarifa para consumidores mais pobres “até quando durar o estado de calamidade pública”. “As famílias terão suas rendas gravemente diminuídas, mas possivelmente terão seus gastos aumentados em razão do quadro de escassez que se desenha. Por essa razão, é necessário que o Estado dê amparo aos cidadãos brasileiros em situações de maior vulnerabilidade. Entre as despesas de maior peso no orçamento das famílias de baixa renda, está a conta de energia elétrica”, justificou o deputado na ocasião.

Em tempos normais, para se beneficiar da tarifa social, é preciso estar no Cadastro Único do Ministério da Cidadania e comprovar renda per capita de até meio salário mínimo. O programa concede descontos escalonados nas contas de luz: 65% para os primeiros 30 kWh consumidos por mês, 40% de 31 kWh a 100 kWh, 10% de 101 kWh a 220 kWh. O orçamento estimado originalmente pela Aneel era de R\$ 2,66 bilhões para este ano. Há 9,4 milhões de famílias beneficiadas atualmente e já houve previsões de uma corrida que pudesse até dobrar essa demanda durante a pandemia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Roberto Pereira D’Araujo

Título: Refletindo sobre a privatização da Eletrobras

Sem demonizar ou endeusar a eficiência ou ineficiência estatal ou privada, existem argumentos sobre a privatização da Eletrobras que são raros nos artigos de analistas econômicos.

O Brasil, provavelmente, terá que passar por outra fase de privatizações como as que ocorreram na década de 90. Evidentemente, muitas desestatizações eram e ainda são necessárias, mas, segundo dados do BNDES, o total arrecadado com as vendas de mais de 80 empresas, incluídas Vale, Embraer, CSN, e grande parte do setor elétrico, não ultrapassou US\$ 106 bilhões.

É preciso lembrar que a Eletrobras foi usada por diversos governos para tentar minorar defeitos do modelo vigente

Certamente esse valor coloca em dúvida a eficácia dessa estratégia para reduzir o déficit público, pois apenas as renúncias fiscais entre 2010 e 2019 ultrapassam o triplo desse valor. Aliás, quem tiver curiosidade de checar os dados, poderá constatar que, apesar de toda essa transferência de propriedade a dívida pública se elevou nesse período.

Mas, no caso Eletrobras, sugiro examinar o que fazem outras nações, observando principalmente o mundo físico da produção de eletricidade.

O clube de países líderes na produção de hidreletricidade é muito seleto¹. Os 10 líderes são: China, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Suécia, Noruega, Rússia, Índia, Venezuela e Japão. Desses, apenas o Japão tem seu setor elétrico privado, mas essa forma de energia representa apenas 7% do consumo japonês.

O Brasil, segundo colocado, atrás apenas da China, produz mais de 6 vezes o que o Japão produz. Ao contrário do Japão, esse montante representa 70% da nossa energia elétrica. Isso mostra como essa vantagem é concentrada em poucos e “felizardos” países que podem se aproveitar da maior fonte de energia renovável existente atualmente.

Portanto, com essa singularidade, caso o Brasil privatize a Eletrobras, será o único a fazê-lo, pois nenhuma das outras nações desse seleto clube privatizou totalmente seu setor elétrico e, muito menos, suas usinas hídricas.

Além disso, ao contrário do que as pessoas pensam, o sistema brasileiro já é majoritariamente privado em todas as etapas do sistema: geração, transmissão e distribuição. Portanto, dados os sintomas de encarecimento e judicialização que têm ocorrido no setor, não discutir o atual modelo que inclui mercantilização e privatização, parece ser uma atitude, no mínimo, descuidada.

De 1995, ano inicial do modelo vigente, até 2019, a tarifa média residencial subiu 69% acima da inflação. A industrial, 158% acima da inflação².

O caso brasileiro é tão bizarro que a Agência Internacional de Energia, utilizando o método de Paridade do Poder de Compra (www.iea.org/data-and-statistics/charts/residential-electricity-prices-in-selected-economies-2017) mostra que a tarifa brasileira já é a 3ª mais cara do planeta. Pagamos quase o triplo do que paga um canadense, que tem o sistema mais parecido com o brasileiro.

Geralmente, tentam culpar os impostos, que são realmente altos, mas estão longe de serem os maiores. A Dinamarca, por exemplo, cobra 53% sobre o consumo de eletricidade!

Sobre o repetido argumento de ineficiência estatal, é preciso lembrar que a Eletrobras foi usada pelos diversos governos para tentar minorar os defeitos do modelo vigente.

1. Teve que assumir distribuidoras do Norte e Nordeste do país, rejeitadas no processo de privatização do governo FHC.
2. Foi obrigada a praticamente “doar” energia ao mercado livre no período pós racionamento no governo Lula, pois teve contratos cancelados apesar de mais baratos, sendo obrigada a manter a geração de energia por conta da sua hidreletricidade.
3. Foi obrigada a fazer parcerias minoritárias com o setor privado (178 sociedades) no governo Dilma, pois, considerados os critérios de confiabilidade vigentes, a expansão puramente mercantil era insuficiente. Dada as “missões” extras que a estatal assumia, foi obrigada a aumentar seu endividamento.
4. Finalmente, ainda no governo Dilma, foi atingida pela tentativa de intervenção para redução de tarifas que praticamente não incomodou o setor privado, pois atingiu principalmente usinas da estatal. Ressalte-se que nunca fizemos um diagnóstico sobre a impressionante “explosão” tarifária brasileira.

Se for privatizada, o efeito sobre a dívida pública será desprezível. São apenas R\$ 16 bilhões numa dívida pública que se aproxima de R\$ 7 trilhões, apesar do Brasil não ser o maior devedor do planeta. Mas a tarifa pode aumentar até 20%, simplesmente porque sob os preços irrisórios impostos pela medida provisória 579, a Eletrobras vale muito pouco para o setor privado.

Aquisição de controle acionário ou de ativos prontos e em pleno funcionamento não deveriam ser considerados investimentos, pois são apenas transferência de propriedade. Além disso, recursos privados não são infinitos e essa privatização compete com recursos para a expansão da oferta. No racionamento de 2001, uma das suas causas foi exatamente a escolha fácil de comprar empresas existentes.

Portanto, é preciso decidir se vamos aceitar que o Brasil seja aquele país esquisito, com tanto recurso natural e preços tão caros. Temos que rejeitar essa maldição de não poder ter empresas públicas eficientes, pois, no setor elétrico,

outros países têm (Canadá, Estados Unidos, Coreia do Sul, França, Noruega, Suécia, Nova Zelândia e muitos outros). Além disso, é bom lembrar que o Brasil já teve, pois, devemos muito do que existe atualmente à Eletrobras.

1- www.weforum.org/agenda/2015/10/which-countries-produce-the-most-hydroelectric-power/

2. *Dados históricos da Aneel.*

Roberto Pereira D'Araujo é engenheiro eletricitista e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico fecharam ontem em alta, acompanhando o desempenho positivo dos contratos futuros na Bolsa de Commodities de Dalian, em sessão novamente marcada pelas incertezas quanto à oferta da commodity a partir do Brasil. Segundo a consultoria 'Fastmarkets MB', o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com ganho de 1,8%, para US\$ 103,01 por tonelada no porto chinês de Qingdao. Com isso, elevou-se a 3,6% a valorização da commodity do aço no acumulado dos primeiros dias de julho. Em 2020, a alta já alcança 11,8%. Na bolsa de Dalian, os contratos mais negociados, com vencimento em setembro, subiram 2,7%, a 767 yuans por tonelada.

Tarifas da Energisa

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um aumento médio de 4,87% das tarifas da distribuidora Energisa Sul Sudeste, em processo de reajuste tarifário anual. As novas tarifas serão aplicadas ao consumo de energia a partir do próximo domingo (12). A distribuidora atende a 797 mil clientes de 85 municípios de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A Energisa Sul Sudeste fará uso de R\$ 97,3 milhões da "Conta Covid". No reajuste tarifário de 2020, a companhia aumentará as contas de luz dos consumidores industriais em 6,9% e da classe residencial e de pequenos estabelecimentos comerciais em 4,03%.

CPFL e State Grid

A CPFL Renováveis e a State Grid Brazil Power assinaram contrato de mútuo, pelo qual a companhia chinesa State Grid emprestou R\$ 1,15 bilhão à empresa

elétrica, ao custo de 100% do CDI mais 1,1% ao ano, com prazo limite de vencimento em 31 de dezembro de 2021. O empréstimo será direcionado a pré-pagamentos de contratos de financiamentos com custos elevados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Pressão para Petrobras acatar arbitragem

Participantes do fundo Petros querem que estatal atenda a sentença que determina indenização por danos

Um grupo formado por participantes da Petros, fundo de pensão do funcionários da Petrobras, solicita que a companhia reconheça a autoridade da decisão arbitral que determinou o pagamento de indenização à fundação e à Previ (Banco do Brasil). O pedido consta em carta enviada à direção e ao conselho de administração da petroleira.

No fim de maio, as fundações tiveram uma decisão favorável na Câmara de Arbitragem Brasileira (CAM) da B3, em que buscaram responsabilizar a estatal por supostos danos causados por informações incompletas e falsas que teriam sido prestadas pela estatal.

O documento cita o posicionamento da Petrobras em relação à decisão. Depois que o resultado da arbitragem foi divulgado na imprensa, a empresa foi questionada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e informou que a sentença tem “graves falhas e impropriedades”. Procurada, a companhia reiterou sua posição de que buscará a anulação da sentença parcial na justiça.

“A Petrobras repudia veementemente as acusações contra os administradores da companhia formuladas pelos signatários da carta. A companhia entende que a defesa dos seus interesses encontra respaldo na legislação brasileira e é obrigatória tendo em vista o dever de diligência de seus administradores”, disse a empresa, em nota.

Já a carta aponta que foi a própria Petrobras que inseriu uma cláusula arbitral em seu estatuto. “Não pode ela, agora, deixar de reconhecer a autoridade da decisão arbitral e simplesmente recorrer ao Judiciário para protelar a execução de uma decisão arbitral” tendo em vista os ilícitos confessados pela Petrobras e os danos causados aos seus investidores e empregados”, disse.

O documento foi organizado por Sérgio Salgado, ex-funcionário da Petrobras e acionista da estatal. Salgado é conhecido por sua atuação pelos direitos dos

participantes na Petros. Em 2017, ele solicitou ao então presidente do fundo de pensão, Walter Mendes, que o fundo de pensão ingressasse no procedimento de arbitragem em questão. Mendes hoje é conselheiro de administração da Petrobras. A maioria dos assinantes da carta é de aposentados.

Na carta enviada, o grupo apontou, entre outros argumentos, que a postura da Petrobras despreza os poupadores brasileiros, especialmente os empregados e ex-empregados", que investiram em ações da companhia e foram prejudicados pelas informações enganosas divulgadas. E também lembrou que a companhia assumiu os ilícitos nos acordos administrativos celebrados com autoridades norte-americanas e brasileiras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: É possível...

Direto da fonte

O general Hamilton Mourão, presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, convocou fundos de investimento e de pensão nacionais e internacionais, mais parte do governo brasileiro, com intuito de tratar das questões do desmatamento da Amazônia e bem como do retrocesso nas políticas ambientais. Esse encontro virtual, marcado pelo vice-presidente para amanhã, está gerando expectativas positivas. Que cresceram ainda mais depois que 38 dirigentes de empresas nacionais e estrangeiras e quatro entidades ligadas ao agronegócio enviaram carta a Mourão pedindo ações contra o desmatamento.

...preservar e...

Seria muito bom, segundo observou Roberto Klabin à coluna, que neste encontro, em lugar de querer reinventar a roda ou prometer soluções 'para inglês ver', o governo brasileiro calçasse a "sandália da humildade". Como? "Reconhecendo e aproveitando tudo o que ocorreu de bom no modelo de redução de desmatamento entre os anos 2005 e 2010".

...produzir

Fundador e conselheiro da SOS Mata Atlântica, presidente da SOS Pantanal e dono da imensa área preservada onde se situa a Pousada Ecológica Caiman, sugere "ideologias e egos de lado". "Todos nós queremos boas soluções para resolver esses problemas e projetar uma boa imagem do País", frisa o ... também empresário, acionista do Grupo Klabin.

O reserva

Major Vítor Hugo, que assim como Bolsonaro é paraquedista, vem sendo ‘testado’ em várias posições pelo presidente desde a saída de Mandetta. Em maio, por exemplo, o deputado – cujo apelido era ‘Zero 1’ no Exército –, chegou a participar de debate televisivo com... Fernando Haddad.

Reserva 2

Na ocasião, recebeu ligações de três ministros – **Bento Albuquerque**, Tarcísio de Freitas e general Augusto Heleno – que foi seu comandante na Escola de Cadetes. O Major, que é baiano mas filiado ao PSL de Goiás, lembrou à coluna como o trio justificou os elogios recebidos, naquela ocasião: o fato de “ser marinheiro de primeira viagem debatendo com um ex-presidenciável e ex-ministro da Educação”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/07/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, LUCIANA COLLET, CIRCE BONATELLI E FERNANDA NUNES

Título: » Lista das listadas.

Coluna do Broadcast

No auge da pandemia, Estapar e a mineradora de ouro Aura Minerals abriram capital. Nesta semana, será a vez da empresa de gestão ambiental Ambipar. No fim do mês, a Riva9, da Direcional Engenharia, faz seu debut na Bolsa. As demais decidiram esperar fechar os dados de abril a junho para lançarem ofertas.

» Estratégica. A empresa de geração de energia solar compartilhada Sun Mobi vai contribuir com o planejamento do setor elétrico brasileiro. Em iniciativa inédita, a empresa vai fornecer à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) dados específicos, relativos ao comportamento de seus clientes em termos de consumo de energia. As informações poderão ser usadas em análises da EPE sobre temas como a adoção de tarifas dinâmicas, geração distribuída e baterias de armazenamento de energia.

» No detalhe. A EPE já tem acordos com outras empresas para recebimento de informações, mas é a primeira vez que estabelece parceria relacionada a dados horários de carga, tipo de informação que a instituição precisa para aprimorar o planejamento energético nacional.

» Privacidade. Inicialmente, serão disponibilizados dados relativos ao comportamento dos consumidores em 2019. Todas as informações são anônimas e o processo é feito de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados. O levantamento é possível porque a Sun Mobi instala, no quadro elétrico de todos os clientes, um sensor que monitora o consumo de energia em tempo real. O sistema é utilizado para identificar eventuais desperdícios e melhorar a eficiência de consumo.

» Oposição. Um grupo de funcionários e acionistas da Petrobrás criou uma nova entidade que pretende se contrapor à atual gestão da companhia, a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás (Anapetro). Até agora, a iniciativa atraiu 60 associados e mais 60 estão em processo de ingresso.

» Ação. A primeira medida será a participação na assembleia geral de acionistas, dia 22. A partir daí, será disparada uma pauta de contestações em órgãos de controle da estatal petrolífera, como na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Cade e TCU. O primeiro alvo é o programa de venda de ativos. A Anapetro também quer atuar em parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) em ações na Justiça.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Ação.

Coluna do Estadão

O PSOL apresentou projeto para sustar o reajuste tarifário da Enel SP: argumenta que todo o custo sobre a distribuição de energia elétrica decorrente da pandemia será arcado pelos consumidores.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA

MME / ASCOM .